

# Comissão amplia previsão de receita do Orcamento

A Comissão Mista Permanente de Orçamento do Congresso Nacional, que já estaria decidido a proponer, o parecer do relator-geral, deputado João Alves (PFL-BA), que amplia a previsão de receita e despesa de Cr\$ 8 trilhões 677 bilhões para Cr\$ 9 trilhões 429 bilhões. Como estes valores são baseados em preços de maio, o montante do Orçamento corresponde hoje a aproximadamente Cr\$ 27 trilhões, com a aplicação da correção monetária, para uma inflação estimada no período de 460 por cento.

Para ampliar a previsão orçamentária - pela constatação de receitas subestimadas - e adequar a ela mais de 13 mil emendas apresentadas por parlamentares, a Comissão trabalhou mais de dois meses, com reuniões que se prolongaram pelas madrugadas.

Entretanto, todo este trabalho

poderá ser anulado pelo Governo, que já estaria decidido a proceder uma contenção maior de gastos, cortando em aproximadamente 30 por cento as despesas previstas o Orçamento.

A iminência de essa possibilidade se transformar em realidade foi denunciada pelo deputado César Maia (PDT-RJ), ao levantar uma prévia na votação do parecer do relator-geral. "Se o Governo, pelo que se sabe de declarações de seus responsáveis, já está disposto e efetivar este corte, que agravaría ainda mais a recessão, que sentido tem o nosso trabalho nesta Comissão e o que podemos fazer para impedir que isso venha a acontecer?", perguntou o deputado carioca.

"Vamos apenas cumprir o nosso dever" - respondeu o presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA),

acrescentando que qualquer atitude dos parlamentares só poderá ser tomada caso tais cortes venham realmente a acontecer.

Segundo outros parlamentares, mesmo que essa hipótese venha a se concretizar, o Congresso não poderá fazer nada contra, uma vez que a Lei de Orçamento apenas autoriza o Governo a efetuar despesas até um determinado montante, mas não o obriga a efetivar todos os gastos autorizados.

A incerteza quanto à utilidade dos trabalhos da Comissão era tão grande, durante a reunião, que ao final dela o deputado Virgílio de Senna (PSDB-BA) conclamou sua colega Irma Pasconi (PT-SP) a desistir de algumas emendas que prolongavam os debates, sob a argumentação de que "este orçamento não é coisa séria".

CORREIO BRAZILEIRO